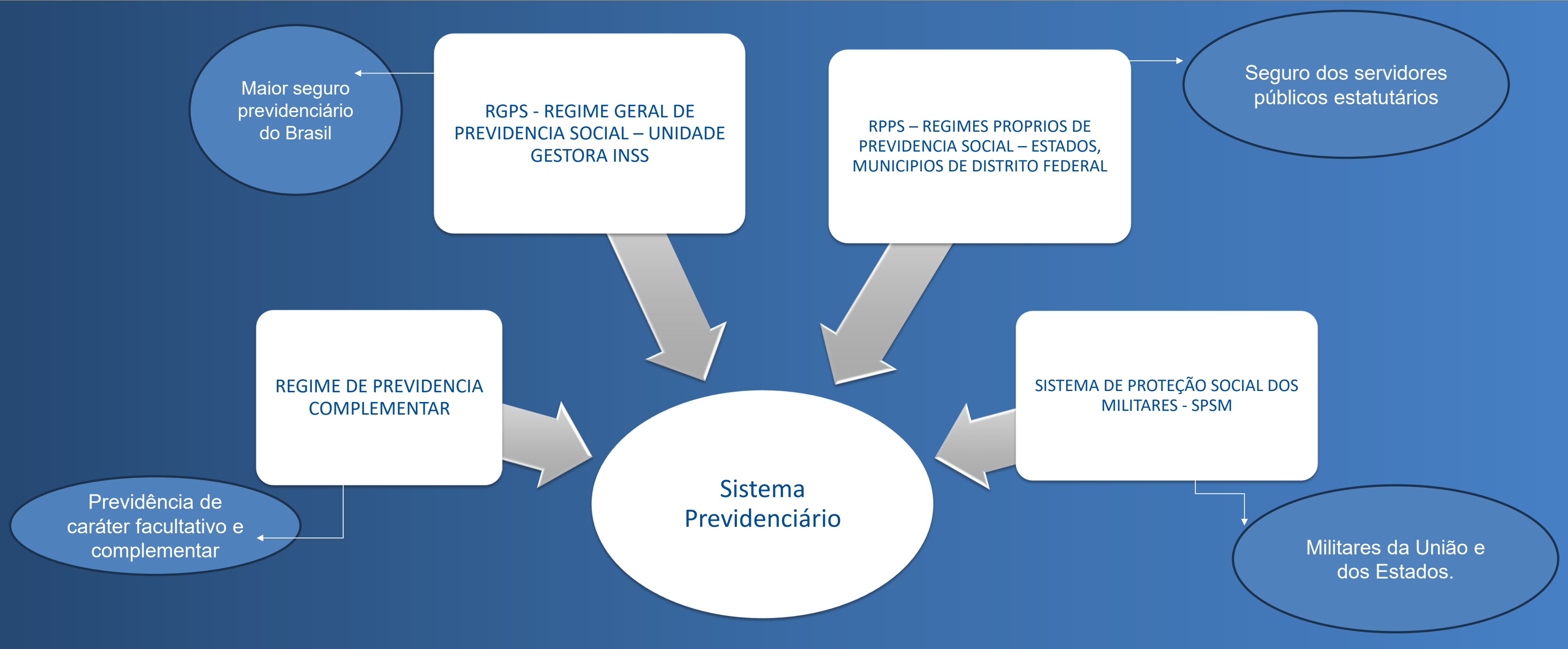




COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Rede: Curso Compreve
Senha: CP082025

SISTEMA PREVIDENCIARIO DO BRASIL





ATENÇÃO: SOMENTE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS REALIZAM CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO.

REGIME GERAL

REGIME PRÓPRIO

O QUE SÃO?

COMO SÃO
GERIDOS?

EM QUE BASE
LEGAL SE
FUNDAMENTAM?

PILARES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS	REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – RPC	SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - SPSM
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores públicos não vinculados a RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores	Militares da União e dos Estados
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo	Compulsória
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado	Sistema público
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)	Forças Armadas, Polícias Militares e Bombeiros Militares
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares	Benefícios não limitados ao teto
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Artigo 40 da CF	Artigo 202 da CF	Art. 42 e 142 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001	Lei 13.954/2019 e lei de cada ente

01.

O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL – RGPS

O texto Constitucional do artigo 201, *caput* assevera que a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

São múltiplos os benefícios assegurados pelo RGPS, no entanto:

QUAIS OS BENEFÍCIOS SÃO PASSÍVEIS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA?

Para viabilizar a GESTÃO do RGPS, o mesmo tem como UNIDADE GESTORA ÚNICA?

02.

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL – RPPS

Trata o Art. 1º da Lei 9.717/98, que dispõe sobre as regras gerais dos RPPS que: Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

FOI VEDADA A CRIAÇÃO DE RPPS PELA EC 103/19

Segundo o §2 do art. 2º da Portaria 1467/22, considera-se instituído o RPPS a partir da entrada em vigor da lei que assegurou a concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, independentemente da criação de unidade gestora ou do estabelecimento de alíquota de contribuição, observadas as condições estabelecidas na própria lei de criação.

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL – RPPS

Garantia em lei de aposentadoria e pensão por morte

Lei de criação de Instituto, Fundo ou Autarquia;

Estatuto dos Servidores;

Lei do Regime Jurídico Único.

Não são condicionantes para caracterização do RPPS:

A criação de uma unidade gestora;

Ter alíquotas de contribuição para os benefícios;

Ter efetivamente recolhido as contribuições para o RPPS;

Ter recolhido as contribuições para o RGPS;

Existência de parcelamento de débitos com o RGPS.

Qual o marco inicial do RPPS no Ente Federativo?

Considera-se instituído o RPPS a partir da entrada em vigor da lei que assegurou a concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, **independentemente da criação de unidade gestora ou do estabelecimento de alíquota de contribuição**, observadas as condições estabelecidas na própria lei de criação.

Portaria 1467/22, Art. 2º, § 3º Quando os benefícios de aposentadoria e pensão por morte estiverem previstos em leis distintas, **considerar-se-á instituído o RPPS na data da vigência da lei mais recente que estabeleça a concessão de um desses benefícios.**

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL – RPPS

Assim, o início do RPPS se dá com a existência de norma publicada que concedia benefícios de aposentadoria e pensão aos servidores vinculados ao ENTE Federativo.

NORMA
INSTITUINDO
BENEFÍCIO
CONCEDIDO
APOSENTADORIA E
PENSÃO

GERA OBRIGAÇÃO
DE
COMPENSAÇÃO
PREVIDENCIARIA

INDEPENDENTE
DA CRIAÇÃO DE
REGIME
JURIDICO ÚNICO
E UNIDADE
GESTORA ÚNICA.

EX: Município
Salvador tem
assistência desde
1893, através do
Montepio, mas foi
criado o Instituto de
Previdência em 1973
e o regime jurídico
único em 1991.

02.

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL – RPPS

LEI N. 1. 202, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1928

O Conselho Municipal da Cidade do Salvador decreta:

Regula o Monte-pio dos Funcionários Municipais, instituído pela Resolução n. 14, de 15 de Abril de 1893.

CAPITULO I

Do Monte-pio e seus fins

Art. 1.º O Monte-pio dos Funcionários do Município da Cidade do Salvador, creado pela Resolução n. 14, de 15 de Abril de 1893, continua obrigatorio, passando a reger-se pela presente Lei, que constitue o seu estatuto fundamental.

Art. 2.º Esta instituição tem por fim constituir e assegurar uma pensão em beneficio da familia do contribuinte fallecido.

Paraphrasso unico. A pensão a que se refere este artigo é devida ou attribuida ás pessoas da familia do contribuinte determinadas nesta Lei, nos casos e condições estabelecidas.

Art. 3.º Os funcionarios do Municipio, quer activos ou inativos concorrerão, obrigatoriamente, para a formação do fundo de pensões.

Art. 4.º Na expressão funcionario, de que se serve a presente Lei, só estão comprehendidos os serventuários do quadro do funcionalismo municipal e que percebem vencimentos fixos, inclusive os serventes ou zeladores com-

LEI Nº 2456, DE 15 DE JANEIRO DE 1973.

DISPÕE SOBRE AS NORMAS DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SALVADOR (IPS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 70 Os servidores dos órgãos da administração direta ou indireta do Município do Salvador que, na data da vigência desta Lei estejam inscritos como segurados ativos do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), serão excluídos do regime desse Instituto nos termos do item I do Art. 3º do Decreto Nº 60.501 (de 14 de março de 1967, que aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social, passando a contribuir obrigatoriamente para o IPS, na forma do disposto no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. Para os servidores referidos neste Artigo, o tempo de serviço computado até a data de vigência desta Lei, para efeito da concessão da aposentadoria por tempo de serviço, assegurada pelo INPS, será igualmente computado para os efeitos de concessão do beneficio referido no Art. 17 desta Lei, ressalvado o disposto no § 3º desse mesmo Artigo.

CONHEÇA O RPPS – INFORMAÇÕES/NORMAS

Busca...

MENU PRINCIPAL

Consultas Públicas

CRP

Demonstrativo Previdenciário

Comprovante de Repasse

> DRAA <

> DPIN <

> DAIR <

> DIPR <

Acordo de Parcelamento

Nota Técnica Atuarial

Relatórios e Estatísticas

Detalhes da Assinatura Digital

Regime

CADPREV-Ente Local

CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social

• Selecione uma das opções do menu ao lado ou autentique-se.

Dados de Identificação

* CPF

* Senha

☐ Não sou

Acessar

<http://cadprev.previdencia.gov.br>

É muito comum, os analistas de Compensação não conhecerem a legislação do Ente e não reconhecem como validas, às certidões emitidas antes da criação do Regime Jurídico Único ou Autarquia/Fundo (conforme tratado acima)

INSERIR/ATUALIZAR TODAS AS NORMAS É ESSENCIAL.

CONHEÇA O RPPS – INFORMAÇÕES/NORMAS

<http://gov.br/previdencia>



8.Dados Abertos - arquivos .CSV

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

- [Alíquotas de contribuição praticadas](#)
- [Alíquotas por plano de segregação e sujeito passivo - 15/03/2021](#)
- [Quantitativo de Regimes por UF](#)
- [Histórico de Regime Previdenciário](#)
- [Regime Previdenciário Atual dos Entes Federativos](#)
- [Unidade Gestora RPPS 05/2023](#)
- [CNPJ Entes x CNPJ Unidade Gestora](#)
- [CRP](#)



E O RPPS DA UNIÃO, QUANDO INICIA?

DECRETO-LEI Nº 288, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Art. 3º São contribuintes obrigatórios do I.P.A.S.E. (Inst. De Previdência e Assistência dos Servidores do Estado):

a) os funcionários civis efetivos, interinos, ou em comissão;

Art. 5º Aos contribuintes obrigatórios, a que se refere a alínea "a" do art. 3º, o I.P.A.S.E. assegura os proventos de aposentadoria, na forma regulada pela legislação em vigor.

DECRETO-LEI Nº 288, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Art. 8º Ocorrendo a morte do contribuinte obrigatório, terão seus beneficiários, a partir do mês do falecimento, as seguintes vantagens:

- a) pensão vitalícia, o conjugue sobrevivente, do sexo feminino, ou o do sexo masculino, se se tratar de inválido, ou maior de 68 anos de idade, não estando em gozo de pensão de aposentadoria;
- b) pensão, cada filho legítimo ou legitimado, de menos de 22 anos, até que atinja esta idade, ou enteado nas mesmas condições;
- c) pecúlio em dinheiro, a pessoa designada pelo contribuinte.

E O RPPS DA UNIÃO, QUANDO INICIA?

DECRETO-LEI Nº 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939

CAPÍTULO XI DA APOSENTADORIA

Art. 196. O funcionário será aposentado:

- I - Quando atingir a idade limite fixada na Constituição ou nas leis especiais;
- II - Quando verificada a sua invalidez para o exercício da função;
- III - Quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou de doença profissional;
- IV - Quando acometido de qualquer das doenças especificadas no art. 201, e
- V - Quando, depois de haver gozado vinte e quatro meses consecutivos de licença, for verificado não estar em condições de reassumir o exercício do cargo.

LEI Nº 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

CAPÍTULO X DA APOSENTADORIA

Art. 176. O funcionário será aposentado:

- I - compulsoriamente, aos 70 anos de idade;
- II - a pedido, quando contar 35 anos de serviço;
- III - por invalidez.

E O RPPS DA UNIÃO, QUANDO INICIA?

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

TÍTULO VI Da Seguridade Social do Servidor

Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

a) aposentadoria;

II - quanto ao dependente:

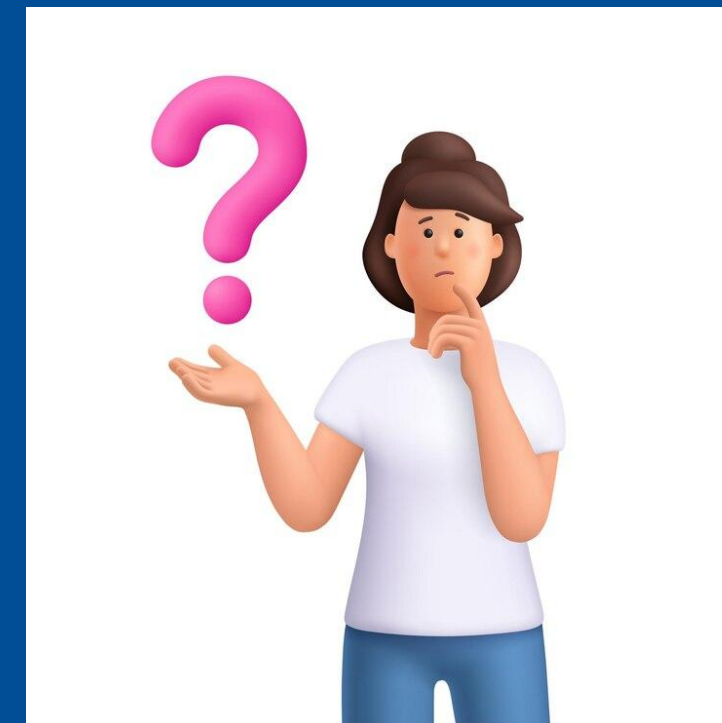
a) pensão vitalícia e temporária;

CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO

O QUE É?
DESDE QUANDO OCORRE?



QUAIS AS FORMAS DE
COMPROVAÇÃO?



O QUE É?

A contagem recíproca de tempo é a **possibilidade legal de transferência de períodos trabalhados em regimes previdenciários diversos, materializado pela AVERBAÇÃO.**

Assim, o tempo contribuído no serviço público pode ser aproveitado tanto para benefício concedido junto ao RGPS/INSS como em benefícios concedidos junto a outros RPPSs.

Da mesma forma, o tempo de iniciativa privada pode ser aproveitado junto aos RPPSs.

Desde quando ocorre?

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960

Art. 1º A União, as Autarquias, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações instituídas pelo Poder Público **contarão, reciprocamente, para os efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço anterior prestado a qualquer dessas entidades,** pelos respectivos funcionários ou empregados.

Art. 10. A passagem do segurado, de uma instituição de previdência social para outra, far-se-á independente de transferência das contribuições realizadas e sem perda de quaisquer direitos.

Desde quando ocorre?

Decreto-Lei nº 367, de 19 de dezembro de 1968

Art. 1º Os **funcionários públicos civis** da União e das Autarquias que, a partir da vigência dêste Decreto-lei, se afastarem das seus cargos por motivo de exoneração, **terão os respectivos tempos de serviço computados para fins de aposentadoria por tempo de serviço, regulada pela Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação subsequente.**

Art. 2º O ônus financeiro da aposentadoria concedida em decorrência dêste Decreto-lei será repartida entre o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e o Tesouro Nacional ou as Autarquias referidas no artigo 22, § 1º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, **na proporção de tempo de serviço público e da atividade privada.**

Desde quando ocorre?

Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975

Art. 8º As aposentadorias e demais benefícios de que tratam os artigos 1º e 2º, resultantes da contagem recíproca de tempo de serviço prevista nesta Lei, serão concedidos e pagos pelo sistema a que pertencer o interessado ao requerê-los e seu valor será calculado na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. O ônus financeiro decorrente caberá, conforme o caso, integralmente ao Tesouro Nacional, à Autarquia Federal ou ao SASSE, à conta de dotações orçamentárias próprias, ou ao INPS, à conta de recursos que lhe forem consignados pela União, na forma do inciso IV, do artigo 69, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Desde quando ocorre?

Lei nº 6.864, de 1º de dezembro de 1980

Art. 3º O disposto nesta Lei **estender-se-á aos servidores públicos civis e militares, inclusive autárquicos, dos Estados e Municípios que assegurem, mediante legislação - própria, a contagem do tempo de serviço** prestado em atividade regida pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, pelos cofres estaduais ou municipais.



Quais as formas de comprovação?

Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960

Art. 1º.

§ 2º A contagem de tempo será feita de acordo com os informes ou registros existentes, em poder da entidade ou do funcionário exigida, porém, no caso da reciprocidade prevista neste artigo, prova hábil do órgão ou pessoa jurídica a que o beneficiário haja servido.



Quais as formas de comprovação?

Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960

Art. 60. A prova do tempo de serviço será feita.

I - para o segurado empregado - por uma ou mais das seguintes formas, conforme seja necessário para compreender e demonstrar, de modo inequívoco, o período em comprovação:

d) **certidões** de contribuições passadas pelos Institutos;

Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967

Art. 53. A prova do tempo de serviço será feita:

I - Para o segurado empregado - por uma ou mais das seguintes formas, conforme seja necessário para abranger de modo inequívoco o período em comprovação:

d) **certidões** de contribuições passadas pelas extintas instituições de previdência social;



Quais as formas de comprovação?

Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991

Art. 96. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

VI - a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor;

VII - é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor;



Quais as formas de comprovação?

Portaria MTP nº 1.467, de 2022

Art. 182. Para fins de contagem recíproca e compensação financeira previstas nos §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal, o tempo de contribuição deverá ser comprovado por:

I - **Certidão de Tempo de Contribuição - CTC**, fornecida pela unidade gestora do RPPS ou, excepcionalmente, pelo órgão de origem do segurado, desde que devidamente homologada pela respectiva unidade gestora, limitada ao período de vinculação a este regime, ou pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, quando se referir a tempo de contribuição no RGPS; e

II - por **Certidão de Tempo de Serviço Militar**, fornecida pelo órgão responsável pela gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, quando for o caso de tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal.



Quais as formas de comprovação?

Decreto nº 3.112, de 1999 (Revogado pelo Decreto nº 10.188, de 2019)

Art. 10.

§ 2º No caso de **tempo de contribuição prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor quando vinculado ao Regime Geral de Previdência Social será exigida certidão específica** emitida pelo ente instituidor, passível de verificação pelo INSS.

MP nº 871, de 18 de janeiro de 2019 (Convertida na Lei nº 13.846, de 2019)

VII - é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor; e

Quais as formas de comprovação?

Portaria MTP nº 1.467, de 2022

Art. 184. É vedada a contagem recíproca, por RPPS, de tempo de contribuição ao RGPS sem a emissão da CTC correspondente pelo INSS, ainda que o tempo referente ao RGPS tenha sido prestado pelo segurado ao próprio ente instituidor.

Parágrafo único. O tempo de contribuição comum ao RGPS **prestado pelo segurado ao próprio ente instituidor**, averbado até 18 de janeiro de 2019, poderá ser contado para fins de concessão de benefícios e a comprovação para fins de compensação financeira se dará por meio de certidão específica, conforme modelo constante do Anexo XIII.

Para os averbados até Janeiro/2019, a elaboração da certidão específica, faz-se necessária a comprovação de recolhimento para o RGPS e podem ser utilizados fichas e contracheques, porém, o INSS ainda indefere. Prova inequívoca – Dúvida fundada...

PREFEITURA MUNICIPAL SALVADOR				31	30/06/90			
MATRÍCULA		NOME DO FUNCIONÁRIO				DEP. I.R.	DEP. S.P.	
000198		MANOEL SOUZA SERRA				95	01	
EMP.	EST.	LOTACÃO		FUNÇÃO		SALÁRIO BASE		T.S.
500	004	008	16	16	ARRECADADOR	3.857,76		1
VERBA	DESCRIÇÃO				VALOR		BASE DE CÁLCULO	
001	SALARIO				3.857,76		180,00	
018	GRAT EXTRA				694,39		3.857,76	
055	ADIC TEMPO SERV				964,44		3.857,76	
097	SAL ESPOSA/MAE				367,40		1,00	
098	SALARIO FAMILIA				54,86		54,86	
167	VALE TRANSPORTE				96,44 D		3.857,76	
195	IAPAS				441,32 D		5.516,59	

Prefeitura Municipal do Salvador						
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
DIVISÃO CENTRAL DE PESSOAL						
Exercício de 19 81			Nome: MANOEL SOUZA SERRA			
			Categoria Funcional: Arrecadador 110			
MÊS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	
FÓLHA N.º	22	54	86	118	150	
Vencimento	597150	597150	597150	597150	712800	1
Adicional 20%	119430	119430	119430	119430	142560	1
Sal. Fam. Esposa	800	800	800	800	800	
Sal. Fam. Filho	143880	143880	143880	143880	143880	2
Risco de Vida						
Dif. de Salário						
Dif. Adic.º						
Dif. H. Ext.º						
H. Extras.º	99996	99996	99996	99996	99996	3
GRAT. Esp.º	21900	21900	21900	21900	21900	4
Total	983156	983156	983156	983156	1121936	13
I. N. P. S.	67078	67078	67078	67078	78180	
Dif. I.N.P.S.						

Indeferido - 14/06/2023

Motivo(s) neste estado:

Aposentadoria não passível de compensação : CTC emitida pelo RPPS sem comprovação de recolhimentos para o INSS

Quais as formas de comprovação?

Art. 10. A comprovação do tempo de contribuição para fins de contagem recíproca e compensação financeira previstas no § 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal **deverá observar o disposto na Portaria MTP nº 1.467, de 2022, ou nos atos normativos anteriores à sua publicação, e o disposto no Decreto nº 3.048, de 1999**, inclusive quanto às hipóteses de tempos de serviço considerados como tempos de contribuição.



E antes?

Portaria MPS nº 154, em vigor
a partir de 16/05/2008

Portaria MTP nº 1.467, em vigor
a partir de 01/07/2022.

NA PRÁTICA É A AVERBAÇÃO?


A Averbação é o processo formal que reconhece a contagem do tempo recíproca entre os regimes de previdência.

E o documento hábil para a averbação é a CTC

Portaria MPS nº 154, em vigor
a partir de 16/05/2008

Portaria MTP nº 1.467, em vigor
a partir de 01/07/2022.

ESSAS SÃO ALGUMAS CERTIDÕES

 *Prefeitura Municipal de Beberibe*

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO Nº 0009/90

Nome JUAREZ LUCAS COUTINEO	Matrícula
Cargo Ex- Motorista	Código
Quadro de Pessoal — Parte Poder Executivo	
Lotação Secretaria de Administração	
Período compreendido nesta certidão de 04 / 02 / 58 a 30 / 04 / 63	
Fonte de Informação	

CERTIFICO, em face do apurado, que no período acima referido o interessado conta, de efetivo exercício, o tempo de serviço líquido de **2.182 dias, ou sejam, 5(cinco) anos, 2(dois) meses e 25(vinte e cinco) dias de serviço Público Municipal. Lei Nº 243, de 04 de Novembro de 1.983.**

3- Esta Certidão está sendo fornecida, conforme informações da Diretoria de Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Beberibe, para fins de averbação junto ao INPS, de acordo com a Lei Federal nº 6864/80;



SECRETARIA DE ESTADO
DE RECURSOS HUMANOS
E ADMINISTRAÇÃO

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO



ORGÃO EMITENTE	DIRETORIA DE CADASTRO E CONTAGEM DE TEMPO		
NOME	Helena Moura Lima	MA SP	263.244
CARGO	Orientador Educacional	CLASSE	NÍVEL 6
			SÍMBOLO Grau A
QUADRO	Magistério	ORGÃO PÚBLICO	Secretaria de Estado da Educação
FONTE DE INFORMAÇÃO:		FOLHAS DE PAGAMENTO	
PERÍODO(S) COMPUTADO(S):			

De 01.01.86 a 31.03.87.

CERTIFICO, em face do apurado em processo, que o ex-servidor conta 01 anos 87 dias, ou seja, 452 dias de serviço público para fins de averbação junto à Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis.

~~VACÕES: Todo o tempo de serviço certificado, no total de 01 ano e~~
~~ado sob o regime estatutário, e é computado, na esfera do serviço público esta~~
~~para fins de aposentadoria e adicionais por tempo de serviço, nos termos da~~
~~2.869 de 05.07.52. Certifico, mais que a interessada desistiu expressamente de com~~
~~períodos acima, para qualquer benefício junto a esfera do serviço público esta-~~



Certidão de Tempo de Contribuição

(Para efeitos da Lei N° 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Nome do Requerente

[REDACTED] BORGES

Nome da mãe

[REDACTED]

Data de Nascimento

05/07/1965

Órgão Instituidor

HOSPITAL GERAL DE CAMACARI SESAB

CENTRO DE SAUDE CECY SEC DE SAUD DE SSA - OK

Doc. Identidade

199879192

Emissor

SSP

Matrícula

[REDACTED]

Data de Emissão

21/03/2017

Protocolo: 04001040.1.00107/17-6

NIT: 1201463593-7

UF

BA

A identificação do órgão instituidor com o Ente ao qual é vinculado. Quando fracionado os períodos, devem constar no campo de observações, período a período onde será averbado.

Observações: O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE 16 03 1981 A 17 09 1981 E DE 01 10 1984 A 01 04 1990 SERAO APROVEITADOS NO RPPS DO ESTADO DA BAYE O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE 02 04 1990 A 02 05 1991 E DE 10 04 2000A 23 04 2006 SERAO APROVEITADOS NO RPPS DA PREFEITURA DE SALVADOR

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 6312 dia(s), correspondendo a 17 Ano(s), 3 Mês(es) e 17 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 4793 dia(s), correspondendo a 13 Anos(s), 1 Mês(es) e 18 Dia(s), conforme informado acima

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 3 página(s).

Ativar o Wi

O preenchimento dos dados da CTC é absolutamente importante, especialmente no que tange às informações para análise automática pelo COMPREV – INSS.

Observações: O TEMPO DE CONTRIBUICAO DE 16 03 1981 A 17 09 1981 E DE 01 10 1984 A 01 04 1990 SERAO APROVEITADOS NO RPPS DO ESTADO DA BAY E O TEMPO DE CONTRIBUICAO DE 02 04 1990 A 02 05 1991 E DE 10 04 2000 A 23 04 2006 SERAO APROVEITADOS NO RPPS DA PREFEITURA DE SALVADOR,

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 6312 dia(s), correspondendo a 17 Ano(s), 3 Mês(es) e 17 Dia(s)

→ A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 4793 dia(s), correspondendo a 13 Anos(s), 1 Mês(es) e 18 Dia(s), conforme informado acima

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 3 página(s).

Quando existe mais de um destinatário informado na CTC, o sistema identifica e o preenchimento dos períodos deve ser com base na disposição do tempo aproveitado conforme descrição. Devendo excluir o que não foi utilizado.

Períodos

CTC encontrada possui dois destinatários.
É necessário o ajuste somente no(s) período(s) destinado(s) e aproveitado(s) no RPPS Solicitante, devendo excluir o(s) período(s) destinado(s) ao outro Ente Federativo/RPPS.



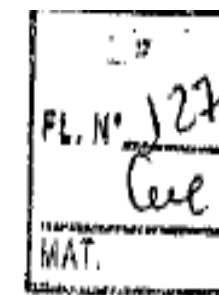
Data de Início	Data de Término	Tempo de Contribuição Bruto	Tempo Descontado	Tempo de Contribuição Líquido	Ação	
01/03/1984	28/01/1985	334	0	334		
01/04/1985	21/12/1993	3187	0	3187		
						1

E TER ATENÇÃO QUANTO A DESTINAÇÃO DA CTC,
SÓ PODERÁ SER UTILIZADA PELO ENTE, SE HOUVER
COM TEMPO APROVEITADO PARA O MESMO.

PODE GERAR EXIGÊNCIA OU INDEFERIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA
Secretaria Municipal de Administração, Modernização e Informação
Av. Rio Branco, 318 - Centro - CNPJ. 13.719.646/0001-75 - CEP 46880-000 Itaberaba - Bahia



ANEXO I

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº 002/2021	
ÓRGÃO EXPEDIDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA	CNPJ: 13.719.646/0001/75
NOME DO SERVIDOR: MARILUCIA DE ALMEIDA HONORIO CECILIO	SEXO: MASCULINO MATRÍCULA: *
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 01.616.508-05 - SSP/BA CPF: 398.301.795-91	PIS/PASEP: - 1.704.830.498-5
FILIAÇÃO: RAIMUNDO HONORIO E DONA SIZINIA MARIA DE ALMEIDA HONORIO	DATA DE NASCIMENTO: 05.11.1963
ENDEREÇO: RUA 16, Nº 04 - TERCEIRA ETAPA DO CASTELO BRANCO - MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	
CARGO: "PROFESSORA-DIRETORA ESCOLAR"	
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
DATA DE ADMISSÃO: 01/09/1991	DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO: 31/03/2008
<u>PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO:</u>	
DE: 01/09/1991 A 31/03/2008	
<u>FONTE DE INFORMAÇÃO: DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO PERÍODO 01/09/1991 A 31/03/2008, PARA APROVEITAMENTO NO INSS PARA APOSENTADORIA.</u>	
<u>DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:</u>	
PERÍODO DE / / A / /	PARA APROVEITAMENTO NO (ÓRGÃO A QUE SE DESTINA)
PERÍODO DE / / A / /	PARA APROVEITAMENTO NO (ÓRGÃO A QUE SE DESTINA)

EXIGÊNCIAS

da
ção de
o na
ção,
a fazer
ção da
C.

Inicialmente, o artigo 7º da Portaria 1.400/24, os usuários e gestores de acesso do sistema COMPREV, cadastrados pelos Entes Federativos, pelo INSS e pelas Unidades Gestoras dos RPPS: I - são responsáveis: a) pelas informações e documentos inseridos no sistema; b) pelas análises e atos decisórios registrados no sistema; c) pelo sigilo do conteúdo e pela segurança das informações; e d) pelo uso e guarda das informações consultadas.

Nesse sentido, a análise do requerimento de compensação previdenciária é responsabilidade do servidor cadastrado e as informações disponibilizadas (acessadas e inseridas) tem fundamento na fé pública.

EXIGÊNCIAS

Os requerimentos em exigência podem ser localizados acionando o menu “EXIGÊNCIA” na tela inicial do Novo Comprev e, em seguida, selecionando os submenus “PRAZO”, “PRESCRIÇÃO” ou “INDEFERIDO”.

A PRAZO: irá listar os requerimentos de compensação que foram JABOL e foram migrados para o Novo Comprev, assim como os cadastrados no Novo Comprev que retornaram com exigência do ordenados pelo prazo da exigência.

A PRESCRIÇÃO: irá listar os requerimentos de compensação já neste Novo Comprev e que nunca foram encaminhados para análise. (omática do sistema)

A INDEFERIDO: irá listar os requerimentos de compensação que dos no JABOL e ficaram sem alteração de estado. (PODEM INCLUSIVE COMPENSAÇÃO)

The screenshot displays the Novo Comprev system interface. At the top, the header shows 'COMPREV' and 'COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA'. The main navigation bar includes 'Início', 'Requerimento', 'Exigência', 'Análise', 'Consulta', 'Cadastro', 'Pagamento', 'Relatórios', and 'Ferramentas'. The 'Exigência' menu is highlighted, showing a dropdown with 'Prazo', 'Prescrição', and 'Indeferido'. Below the menu, a text box states: 'Controle de PRAZO somente para o INSS, com acréscimos após o vencimento. Limite para emissão: prazo de defesa na competência aberta (cronograma de pagamento)'. The 'Cronograma Comprev' table is shown below, with columns for 'Competência Fechada: 09/2023', 'Competência Fechada: 10/2023', and 'Competência Aberta: 11/2023'. The table lists various dates and actions related to the compensation process.

Competência Fechada: 09/2023		Competência Fechada: 10/2023		Competência Aberta: 11/2023	
30/09	Consulta de débitos dos entes federativos na RFB/PGFN e contratação da Dataprev.	31/10	Consulta de débitos dos entes federativos na RFB/PGFN e contratação da Dataprev.	30/11	Consulta de débitos dos entes federativos na RFB/PGFN e contratação da Dataprev.
30/09	Consulta de débitos dos requerimentos do COMPREV.	31/10	Consulta de débitos dos requerimentos do COMPREV.	30/11	Consulta de débitos dos requerimentos do COMPREV.
05/10	Fechamento da prévia da folha de pagamento do COMPREV.	07/11	Fechamento da prévia da folha de pagamento do COMPREV.	06/12	Fechamento da prévia da folha de pagamento do COMPREV.
06/10	Início do período de consulta da prévia da folha de pagamento.	08/11	Início do período de consulta da prévia da folha de pagamento.	07/12	Início do período de consulta da prévia da folha de pagamento.

SISTEMA EM PRODUÇÃO. Todas as ações realizadas serão consideradas oficiais para a compensação previdenciária e não serão excluídas.

versão 3.2.1

EXIGÊNCIAS PRAZO

O sistema poderá disponibilizar até 5 ícones para cumprimento:

QUALIFICAR REQUERIMENTO: aparece para os processos que contem divergencia no CPF (inválido ou pertence a outra pessoa)



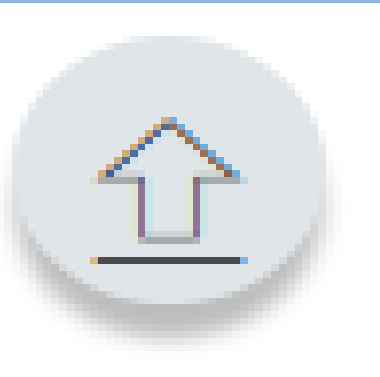
1ª situação: Se o botão “QUALIFICAR” ainda estiver desabilitado, digitar o novo CPF. Se houver alteração nos dados do requerimento o botão “QUALIFICAR” será habilitado e o usuário poderá confirmar a qualificação, de modo que o requerimento será submetido novamente a análise.

2ª situação: Se o botão “QUALIFICAR” estiver desabilitado e ao digitar o novo CPF o sistema não encontrar no CNIS-PF, o sistema então libera NIT e sexo para edição do usuário e o botão “QUALIFICAR” será habilitado. Uma vez confirmada a ação a exigência de qualificação será atendida, sendo listadas as demais exigências a serem cumpridas, se for o caso.

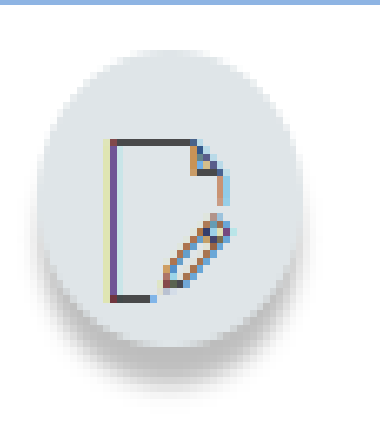
3ª situação: Se ao clicar no botão “PESQUISAR” não houver alteração de dados, o botão “QUALIFICAR” será habilitado. Confirmada a qualificação o requerimento estará “em compensação” pois não teve alterações de dados e nem continha mais exigências a serem cumpridas.

Nos casos em que o processo estava “em compensação” e migrou para qualificar, assim que qualificado ele retorna ao status em compensação e vai ocorrer a glosa inversa (voltando a receber)

EXIGÊNCIAS PRAZO



CARREGAR DOCUMENTO: Esta opção só aparecerá para os requerimentos que tenham exigência de envio de documentação. Lembrando que, neste momento, só será aceito um documento para cada tipo de opção.



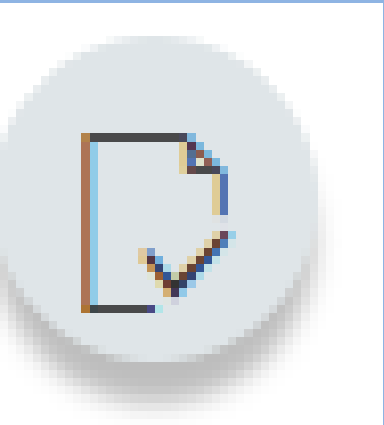
ALTERAR REQUERIMENTO: Esta opção só aparecerá quando for preciso corrigir/informar algum campo formulário do requerimento.

O sistema mostra as exigências a serem cumpridas no topo da página, bem como abre determinados campos para edição do requerimento. É obrigatório clicar no botão "SQUISAR" para que os dados pessoais sejam atualizados. Se estiverem corretos, o sistema valida os dados e permite prosseguir.

Geralmente a exigência de alterar NIT e demais dados pessoais no requerimento é cumprida fazendo o upload de documento de identificação contendo aquele dado. Se o sistema recriar a exigência é devido a dados divergentes entre as bases que o Novo Comprev consulta e faz batimentos de segurança, tais como CNIS e Receita Federal. Os dados precisam estar iguais nas bases acessadas.

Os documentos podem ter os nomes e/ou tipos alterados e os documentos repetidos podem ser excluídos conforme a necessidade.

EXIGÊNCIAS PRAZO



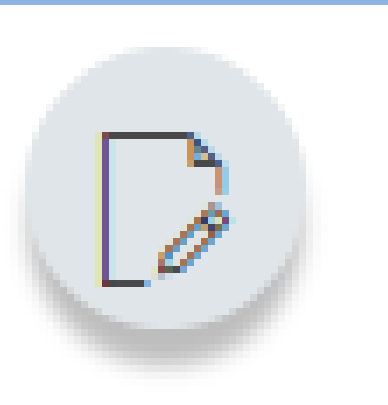
ENCERRAR EXIGÊNCIAS DO REQUERIMENTO: Esta opção só deve ser utilizada para os casos em que não for possível atender alguma exigência, devendo ser informado “exigência não aplicável” e comentar a razão do não cumprimento. Caso tenha outra exigência a cumprir, utilizar a funcionalidade de “Alterar requerimento”.



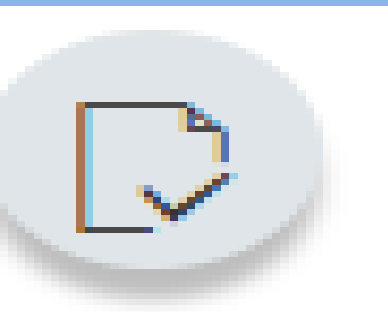
REJEITAR REQUERIMENTO: Esta opção só deve ser utilizada nos casos em que o usuário/analista identificar que não cabe compensação previdenciária, devendo detalhar o motivo no campo “justificativa”.

O cumprimento de cada ação disponível encerra automaticamente aquela exigência até que todas as exigências sejam cumpridas e o requerimento entre automaticamente na fila de análise (com prioridade pois já tinha sido previamente analisado).

EXIGÊNCIAS PRESCRIÇÃO



ALTERAR REQUERIMENTO: Esta opção só aparecerá quando for preciso corrigir algum campo formulário do requerimento ou para preenchermos a “Data de Homologação no Tribunal de Contas”.



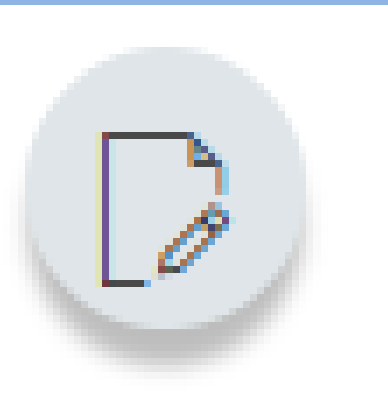
ENCERRAR EXIGÊNCIA: Esta opção só deve ser utilizada para os casos em que não for possível atender alguma exigência, devendo ser informado “exigência não aplicável” e comentar a razão do não cumprimento.



REJEITAR REQUERIMENTO: Esta opção só deve ser utilizada nos casos em que o usuário/analista identificar que não cabe compensação previdenciária, devendo detalhar o motivo no campo “justificativa”.

REQUERIMENTOS EM EXIGÊNCIA (PRESCRIÇÃO)							
CPF	Nome	Matrícula	Solicitante	Destinatário	Tipo	Data de Homologação no Tribunal de Contas	Ações
<div></div>	M <div></div> S	6809	SALVADOR	RGPS	Aposentadoria	25/11/1994	<div></div> <div></div> <div></div>

EXIGÊNCIAS INDEFERIDO



ALTERAR REQUERIMENTO: Esta opção só aparecerá quando for preciso corrigir algum campo formulário do requerimento ou para preenchermos a “Data de Homologação no Tribunal de Contas”.

es de seguir para a análise/alteração
priamente dita, no ícone “Consulta”
tela inicial, consultar CPF do titular
benefício se já houve o envio de
ro requerimento referente ao mesmo
efício, apenas com o número de
trícula diferente, e que esteja “Em
mpensação”.



Caso o outro requerimento referente ao
mesmo benefício, mesmo tempo de
contribuição, solicitado ao mesmo
destinatário e com o número de
matrícula diferente, esteja “Aguardando
análise”, clicar em “REJEITAR
REQUERIMENTO” e dar sequência no
requerimento mais antigo, cumprindo as
exigências solicitadas.

Caso identificado pelo usuário/analista
que o CPF do titular do benefício está
incorreto (dado chave), é possível
reabrir o requerimento marcando a caixa
“Necessária alteração do CPF via
qualificação” e em seguida “REABRIR
REQUERIMENTO”, que migrará para o
estado “Exigência Prazo” para
qualificação do CPF .

Após o cumprimento da(s) exigência(s), clicar em “REABRIR REQUERIMENTO”, que entrará
automaticamente na fila de análise.

Para os casos em que o indeferimento é correto, ratifica-lo clicando no botão “CONFIRMAR
INDEFERIMENTO”.

EXIGÊNCIAS INDEFERIDO

REQUERIMENTOS							
CPF	Nome	Matricula	Solicitante	Destinatário	Tipo	Estado	Ações
09007458515	OLIVALDO SANT ANA FREITAS	2885	SALVADOR	RGPS	Aposentadoria	Exigência/Indeferi do	
09007458515	OLIVALDO SANT ANA FREITAS	2585	SALVADOR	RGPS	Aposentadoria	Compensado	

Linhas por página: 10 ▼

1

No caso, houve um erro na digitação da matrícula, sendo assim, clicando em ações, CONFIRMAR INDEFERIMENTO ao final do requerimento e a exigência foi finalizada.

TIPOS DE EXIGENCIAS

É obrigatório o preenchimento dos dados e informações nos quais aparecem o asterisco (*) em vermelho na abertura do requerimento, conforme o artigo 18, da Portaria 1.400/24.

No entanto, os documentos tem envio facultativo pelos Entes na forma artigo 5º, Decreto 10.188/19 e devem ser requisitados quando houver dúvida fundada quanto a análise pelo destinatário.

Assim, verificado erro ou divergência nos dados, informações e/ou documentos na análise serão considerados alguns tipos de exigências a serem abertas.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

1. ALTERAR TIPO DE APOSENTADORIA OU ANEXAR O ATO OU PORTARIA DE CONCESSÃO: O tipo de aposentadoria deve constar no Ato Aposentador ou Homologação do tribunal de contas

Dados de Benefício

Tipo de Aposentadoria *

Selecione o tipo de Aposentadoria

Selecione o tipo de Aposentadoria

Tempo de Contribuição

Idade

Invalidez

Especial

Tempo de Contribuição Professor

Compulsória

20
SALVADOR-BAHIA
SEXTA-FEIRA
02 DE FEVEREIRO DE 2024
ANO XXXVII | Nº 8.716

DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 110/2024

O DIRETOR GERAL DA DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo nº 11.054/2019, com fundamento no artigo 3º, Incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº 47/2005, no artigo 17, inciso III, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 05/92 e em estrito cumprimento ao Ato Aposentador (Portaria nº 69/2024), em que pese o posicionamento contrário, fica a renda mensal da inatividade do segurado [REDACTED] planejamento, infraestrutura e Obras Públicas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, nos termos da Resolução nº 009/2022 do Conselho Municipal da Previdência do Servidor, em R\$ 12.139,10 (doze mil, cento e trinta e nove reais e dez centavos), constituída das seguintes parcelas: Vencimento (100%) R\$ 5.381,00 - Grat. Competência (45%) R\$ 2.421,45 - Estab. Econômica GRAU 54 (50%) R\$ 1.051,56 - Adc. Tempo Serv. (51%) R\$ 2.744,31 - Grat. Incorporada LC 51/2010 GRAU 54 (25%) R\$ 530,78. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA DIRETORIA, 01 de fevereiro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2

ISSN 1677-7050

Nº 114, segunda-feira, 21 de junho de 2021

PORTARIA DE PESSOAL

O COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIOS, DO DEPARTAMENTO DE CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INATIVOS, PENSIONISTAS E ÓRGÃOS EXTINTOS, DA SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência atribuída pela Portaria DECIP/SGP/MPDG nº 13.530, de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2018, e considerando o disposto no Processo Sei nº 10507.000032/2019-86, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais a servidora

[REDACTED] da Receita Federal do Brasil, Nível Superior, Classe "S", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Ministério da Economia, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, combinado com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

2. Alterar data de início de benefício de aposentadoria: refere-se ao dia em que o benefício começou a ser pago.

Dados de Benefício

Tipo de Aposentadoria *

Data de Início de Benefício *

__/__/____

Em geral o Ato aposentador faz referência a partir de que data o benefício começa a valer.

ATENÇÃO: Vale ressaltar os casos em que a publicação do benefício tem referência a data retroativa, nesses casos deve ser considerada a data retroativa indicada no ato e/ou nos casos de decisão judicial, observar disposição dos artigos 18 e 20 da Portaria 1.400/24.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2

ISSN 1677-7050

Nº 114, segunda-feira, 21 de junho de 2021

PORTARIA DE PESSOAL

O COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIOS, DO DEPARTAMENTO DE CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INATIVOS, PENSIONISTAS E ÓRGÃOS EXTINTOS, DA SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência atribuída pela Portaria DECIP/SGP/MPDG nº 13.530, de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2018, e considerando o disposto no Processo Sei nº 10507.000032/2019-86, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais à servidora

da Receita Federal do Brasil, Nível Superior, Classe "S", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Ministério da Economia, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, combinado com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

3. ALTERAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO TOTAL DE DIAS: Em acordo com o artigo 4º, XIX da Portaria 1400/24 o tempo total de contribuição: é o tempo total, em dias, não concomitante, utilizado na concessão da aposentadoria.

Dados de Benefício

Tipo de Aposentadoria *

Data de Início de Benefício *

Data de Início de Pagamento

Data de Cessação

__/__/__

__/__/__

__/__/__

Tempo de Contribuição Total (dias) *

Tempo de Contribuição no Reg. de Origem (dias)

Renda Mensal Inicial *

Essa deve ser a quantidade exata de dias utilizado na concessão do benefício de aposentadoria. Consta do Mapa de tempo de contribuição elaborado pelo regime instituidor como documento de instrução processual para concessão.

TEMPO DE SERVIÇO					
Histórico	Início	Término	Total em Dias	Anos	Dias
Faltas em Exercício Público			2	0	2
Averbado Privado	23/02/1978	11/11/1978	263	0	263
Averbado Municipal	24/03/1977	31/12/1980	1.379	3	284
Averbado Federal	09/02/1981	28/08/1981	140	0	140
Em Exercício - CLT	29/08/1981	28/09/1994	4.838	13	93
Em Exercício - EST	27/09/1994	31/08/2017	8.375	22	345
Total em Dias: 14.993			Anos: 41	Dias: 28	
Total Tempo de Serviço					
Grupo			Total em Dias	Anos	Dias
Tempo em Serviço Público:			14.730	40	130
Tempo em Serviço Privado:			263	0	263
Outros:			0	0	0

CERTIFICO, à vista dos elementos pesquisados e de acordo com a discriminação acima, contar o interessado com 10.697 (dez mil seiscentos e noventa e sete) dias, ou seja, 22 anos, 03 meses e 22 dias de serviços.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

4. ALTERAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO REGIME ORIGEM EM DIAS: é o tempo exato que foi averbado (aproveitado) pelo segurado junto ao regime instituidor.

Dados de Benefício

Tipo de Aposentadoria *

Data de Início de Benefício *

Data de Início de Pagamento

Data de Cessação


Tempo de Contribuição Total (dias) *

Tempo de Contribuição no Reg. de Origem (dias)

Renda Mensal Inicial *

Assim, deve constar do Mapa de Tempo de Contribuição, da CTC ou até mapa específico de averbação. Tempo exato, nem mais, nem menos.

Nos casos divergentes da CTC, acionar os campos específicos.

 SSP/POLÍCIA CIVIL DA BAHIA DPAF - COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		CERTIDÃO E MAPA DE TEMPO DE SERVIÇO				FOLHA 01
Nome GERALDO MAGELA RIBEIRO PASSOS					Matrícula 20.140.957-6	
Cargo / Função MÉDICO			Classe IV		Nível III	
CARGOS ANTERIORES			NÍVEL	ORGÃO	SERVIÇO PÚBLICO	EXERCÍCIO DE A
TOTAL EM DIAS						
Processo nº 0505130231920/10.06.2013, consta averbação de serviço prestado a CELANESE DO BRASIL NORDESTE SA.....				CBNSA	INSS	23.02.76 11.11.76 263
Processo nº 0505110462322/02.09.2011, consta averbação por tempo de serviço ao Corpo de Bombeiros e Vigilantes da Cidade do Salvador e SEPLAG.....				CBVCS SEPG	EST MUN	24.03.77 31.12.80 1.379 09.02.81 28.06.81 140
Contrato de 29.06.1981, artigo 285, Lei nº 2323/26.09.1966, para o cargo de Médico.....			I	SSP	EST	29.06.81 17.10.85
Decreto de 17.10.1985, promover por antiguidade para o cargo de Médico.....			II	SSP	EST	18.10.85 17.10.87
Decreto de 10.11.1987, promover por merecimento para o cargo de Médico.....			3	SSP	EST	18.10.87 31.05.88
Apostila nº 1199/29.11.1988, Lei nº 4794/11.08.1988, enquadra no cargo de Médico, Classe D, Referência 04.....			II	SSP	EST	01.06.88 26.09.94
Lei nº 6.677/26.09.1994, efetivado no cargo de Médico, Classe D, Referência 04.....			II	SSP	EST	27.09.94 31.12.03
Lei nº 8.889/01.12.2003, reestrutura para o cargo de Médico, Classe I.....				SSP	EST	01.01.04 04.02.09
Lei nº 11.374/05.02.2009, enquadra para Médico, Classe IV.....			III	SSP	EST	05.02.09 30.06.17 13.149
TEMPO DE SERVIÇO AVERBADO: 04 anos, 10 meses e 22 dias.....						
TEMPO DE SERVIÇO NA SSP: 36 anos e 09 dias, já deduzidos 02 dias de faltas.....						
TEMPO DE SERVIÇO TOTAL: 40 anos, 11 meses e 01 dia, com o tempo averbado e já deduzidos 02 dias de faltas.....						
COMPULSÓRIA EM: 15.11.2022.....						

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

5. ALTERAR RENDA MENSAL INICIAL DE APOSENTADORIA: A renda mensal inicial é o valor efetivamente pago ao segurado na concessão do benefício. Portaria 1400/24, arts: 49 a 51.

ATENÇÃO: SE O VALOR DO BENEFÍCIO ESTIVER EM REAIS, COLOCA EM REAIS;

SE O VALOR ESTIVER EM OUTRA MOEDA (CRUZEIRO), COLOCA NA MOEDA QUE ESTIVER E O SISTEMA FAZ A CONVERSÃO.



PORTARIA Nº 110/2024

O DIRETOR GERAL DA DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo nº 11054/2019, com fundamento no artigo 3º, Incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº 47/2005, no artigo 17, inciso III, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 05/92 e em estrito cumprimento ao Ato Aposentador (Portaria nº 69/2024), em que pese o posicionamento técnico contrário, fixa a renda mensal na inatividade do segurado [REDACTED] Planejamento, Infraestrutura e Obras Públicas, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, nos termos da Resolução nº 009/2022 do Conselho Municipal da Previdência do Servidor, em R\$ 12.139,10 (doze mil, cento e trinta e nove reais e dez centavos), constituída das seguintes parcelas: Vencimento (100%) R\$ 5.381,00 - Grat. Competência (45%) R\$ 2.421,45 - Estab. Econômica GRAU 54 (50%) R\$ 1.061,56 - Adc. Tempo Serv. (51%) R\$ 2.744,31 - Grat. Incorporada LC 51/2010 GRAU 54 (25%) R\$ 530,78. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA DIRETORIA, 01 de fevereiro de 2024.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

6. ANEXAR CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (anterior ilegível ou incompleta): é o documento hábil para análise da compensação financeira

ARTIGOS 182 e ss,
Portaria 1467/22.

ARTIGO 193, Parágrafo Único (destinação)

ARTIGO 4º, 16
(Aproveitamento)
Portaria 1400/22

Certidão de Tempo de Contribuição
(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Órgão Expedidor
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data de Emissão
21/03/2017

Nome do Requerente
[REDACTED] BORGES

Protocolo: 04001040.1.00107/17-6
NIT: 1201463593-7

Nome da mãe
[REDACTED]

Data de Nascimento
05/07/1965

Doc. Identidade
199879192

Emissor
SSP

UF
BA

Órgão Instituidor
HOSPITAL GERAL DE CAMACARI SESAB
CENTRO DE SAUDE CECY SEC DE SAUDE SSA - OK

Matrícula
[REDACTED]

Observações: O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE 16 03 1981 A 17 09 1981 E DE 01 10 1984 A 01 04 1990 SERAO APROVEITADOS NO RPPS DO ESTADO DA BAYE O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE 02 04 1990 A 02 05 1991 E DE 10 04 2000A 23 04 2006 SERAO APROVEITADOS NO RPPS DA PREFEITURA DE SALVADOR

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, de Tempo de Contribuição (TC) = 6312 dia(s), correspondendo a 17 Ano(s), 3 Mês(es) e 17 Dia(s)

A pedido do Requerente foi aproveitado o Tempo de = 4793 dia(s), correspondendo a 13 Anos(s), 1 Mês(es) e 18 Dia(s), conforme informado acima

Esta Certidão não contém emendas, nem rasuras, foi emitida de acordo com o Processo acima citado, e contém 3 página(s).

Ativar o Wiri

Nota: A identificação do órgão instituidor com o Ente ao qual é vinculado. Quando fracionado os períodos, devem constar no campo de observações, período a período onde será averbado.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA


CTC emitida com destinação/aproveitamento para o INSS, no entanto, foi utilizada para averbação no RPPS, esse é um erro comum e não deve ser aceito, o analista precisa estar atento.

Uma CTS – certidão por tempo de serviço - utilizada para averbação de forma incorreta. Desde 2008, a CTC deve ser emitida nos padrões da Portaria 154/08 e hoje nos moldes da Portaria 1467/22 e alterações.

		Prefeitura Municipal de Vera Cruz Departamento de Recursos Humanos www.veracruz.ba.gov.br						
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO				Nº. 07/2013				
ÓRGÃO EXPEDIDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ BAHIA		CNPJ: 13.890.777/0001-91		SEXO: MA				
NOME DO SERVIDOR: [REDACTED]		RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: [REDACTED]		PIS/PASEP: [REDACTED]				
FILIAÇÃO: JURACY		DATA DE ADMISSÃO: 14/04/2000		DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO: 10/03/2012				
ENDEREÇO: LOT MOCIMOS		PARICÁ - BA						
CARGO EFETIVO: PROFESSOR								
DEPARTAMENTO DE LOTAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ								
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO: DE: 14/04/2000 - 10/03/2012								
FONTE DE INFORMAÇÃO: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS								
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: PERÍODO DE 14/04/2000 A 10/03/2012 PARA APROVEITAMENTO NO INSS								
FREQUÊNCIA								
ANO	TEMPO BRUTO	FALTAS	LICENÇAS	LICENÇA SEM VENCIMENTOS	SUSPENSÕES	DISPONIBILIDADE	OUTRAS	TEMPO LÍQUIDO

02
P

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE
CNPJ 139371310001-41
4ª AVENIDA, PLATAFORMA 6
LADO B, Nº 400, CAB
CEP 41745-000

 Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
Superintendência de Recursos Humanos da Saúde
Diretoria de Administração de Recursos Humanos
Coordenação de Gestão de Processos de Pessoal

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

CEP 41745-000

NOME DO SERVIDOR:	SEXO:	DATA DE NASC.:	MATRÍCULA:	DATA ADMISSÃO:
<div style="background-color: blue; color: black; display: inline-block; width: 250px; height: 20px;"></div>	F	25/08/1956	<div style="background-color: blue; color: black; display: inline-block; width: 100px; height: 20px;"></div>	13/10/1992
MEDICO				

CONTAGEM DO TEMPO SESAB

VÍNCULO	CARGO/NÍVEL/CLASSE	R. JUR.	DATA INICIAL	DATA FINAL	DIAS	ANOS	MESES	DIAS
SESAB	MEDICO	EST	13/10/92	01/10/98	2179	5	11	24
					0	0	0	0
					0	0	0	0
					0	0	0	0
					0	0	0	0
					0	0	0	0

Ativar o Windows
Ative as Configurações para ativar o Windows.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

O mapa de tempo de contribuição, ainda que não exista modelo padrão, é o documento que detalha a vida funcional do servidor contabilizando ingresso, função, regime jurídico, tempo total, tempo averbado, faltas, entre outros dados funcionais importantes para fundamentar o direito pleiteado, assim como o requerimento a compensação previdenciária.




ÓRGÃO/ENTIDADE	CERTIDÃO / MAPA DE TEMPO DE SERVIÇO	FOLHA N.º
SMED		38
FINALIDADE		N.º DO PROCESSO
<input checked="" type="checkbox"/> APOSENTADORIA <input type="checkbox"/> AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO <input type="checkbox"/> ESTABILIDADE ECONÔMICA <input type="checkbox"/> LICENÇA PRÊMIO OU ESPECIAL <input type="checkbox"/>		6416/2012


NOME		CARGO	NÍVEL / REFERÊNCIA	FUNÇÃO	REGISTRO ÚNICO
JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS		AGENTE DE S. OPERAC E ADMINISTRATIVO	I/J	AGENTE DE S. OPERACIONAL	18475

INGRESSO Ato	Data	Forma	FILIAÇÃO	R. G.	C P F	N.º DE MATRÍCULA
	01/04/1982	CONTRATO	ALTINO DOS SANTOS DELMIRA GOMES SANTOS	01838714-48	148100855-20	5395

Cargo / Função Exercido	Código / Nível	Órgão	SP / EP*	Período de Exercício				Averbação		N.º de Dias (A)	Ocorrências			Total de Dias (A - B)
				Início		Término		N.º do Processo	Data de Publicação		Tipo	Ato	N.º de Dias (B)	
				Data	Ato	Data	Ato							
ZELADOR		SMED	SP	01041982	1.º L.º L.º L.º L.º	17031991	=====	0332/04	=====	1.539	3.273+1539=4.812	AV.T.DE SERVIÇO	3.273	4.812
AGENTE DE S. OPERACIONAL	36001	SMED	SP	18031991	01/1991	05122013	=====	=====	=====	8.299	8.299-4 FALTAS=8.295	=====	4	8.295
=====	=====	=====	SP	=====	=====	=====	=====	=====	=====	-0	=====	=====	-0	-0

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

 SSP/POLICIA CIVIL DA BAHIA DPAF - COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		CERTIDÃO E MAPA DE TEMPO DE SERVIÇO				FOLHA 01	
Nome					Matrícula		
GERALDO MAGELA RIBEIRO PASSOS					20.140.957-6		
Cargo / Função				Classe	Nível		
MÉDICO				IV	III		
CARGOS ANTERIORES		NÍVEL	ORGÃO	SERVIÇO PÚBLICO	EXERCÍCIO DE	A	TOTAL EM DIAS
Processo nº 0505130231920/10.06.2013, consta averbação de serviço prestado à CELANESE DO BRASIL NORDESTE SA.....			CBNSA	INSS	23.02.76	11.11.76	263
Processo nº 0505110462322/02.09.2011, consta averbação por tempo de serviço ao Corpo de Bombeiros e Vigilantes da Cidade do Salvador e SEPLAG.....			CBVCS SEPG	EST MUN	24.03.77	31.12.80	1.379
Contrato de 29.06.1981, artigo 285, Lei nº 2323/26.09.1966, para o cargo de Médico.....		I	SSP	EST	29.06.81	17.10.85	140
Decreto de 17.10.1985, promover por antiguidade para o cargo de Médico.....		II	SSP	EST	18.10.85	17.10.87	
Decreto de 10.11.1987, promover por merecimento para o cargo de Médico.....		3	SSP	EST	18.10.87	31.05.88	
Apostila nº 1199/29.11.1988, Lei nº 4794/11.08.1988, enquadra no cargo de Médico, Classe D, Referência 04.....		II	SSP	EST	01.06.88	26.09.94	
Lei nº 6.677/26.09.1994, efetivado no cargo de Médico, Classe D, Referência 04.....		II	SSP	EST	27.09.94	31.12.03	
Lei nº 8.889/01.12.2003, reestrutura para o cargo de Médico, Classe I.....			SSP	EST	01.01.04	04.02.09	
Lei nº 11.374/05.02.2009, enquadra para Médico, Classe IV.....		III	SSP	EST	05.02.09	30.06.17	13.149
TEMPO DE SERVIÇO AVERBADO: 04 anos, 10 meses e 22 dias..... TEMPO DE SERVIÇO NA SSP: 36 anos e 09 dias, já deduzidos 02 dias de faltas..... TEMPO DE SERVIÇO TOTAL: 40 anos, 11 meses e 01 dia, com o tempo averbado e já deduzidos 02 dias de faltas..... COMPULSÓRIA EM: 15.11.2022.....							

 INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL DEPARTAMENTO DE PESSOAL CALCULO DO TEMPO DE SERVIÇO PARA EFEITO DE APOSENTADORIA DADOS DO HISTÓRICO FUNCIONAL ANGELA GOMES DE SOUZA CHALOUN ARQUITETO Matrícula n.º 285.284-6							
Ano	Dias	Faltas	Licença	Contrato Suspensão	Tempo Líquido	Tempo Acumulado	Observações e Cálculos
1968					275	275	Tempo de Serv. prestado à Sec. de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia, de 01/04 a 31/12/68, no total de 275 dias de efetivo exercício. Proc. E-19/1044/96
1971					74	349	Tempo de Serviço prestado à Comp. Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado de Sergipe, de 09/07 a 20/10/71, no total de 74 dias. Proc. E-19/1044/96.
1977	334				334	1.363	Tempo de Serviço prestado à Prefeitura Municipal de Salvador, de 02/05/73 a 09.02.76, no total de 1.014 dias. Proc. E-19/1044/96. Admitida a contar de 01.02.1977 na ex-FUNDEM
1978	365				365	2.062	
1979	365				365	2.427	
1980	366				366	2.793	
1981	365				365	3.150	
1982	365	2		30	333	3.491	Faltas dias 03 e 04/11/82
1983	365	1		235	129	3.620	Falta dia 06/04/83
1984	366	6		122	238	3.858	Faltas dias 09 e 11 e 14/06; 22 e 23/11/84
1985	365	9			356	4.214	Faltas dias 13 a 15/02; 21 e 22/02; 28/04; 13, 29 e 30/08/85
1986	365	7			358	4.572	Faltas dias 03 e 04/03; 07 e 08/06; 03 e 22/12/86
1987	365			275	90	4.662	CONTRATO SUSPENSO
1988	365			334	32	4.694	02.12 a 31.12.82 = 30 dias
1989	365				365	5.059	01.01 a 25.02.83 = 56 dias
1990	365				365	5.424	06.07 a 31.12.83 = 179 dias
1991	365				366	5.790	01.01 a 30.01.84 = 30 dias
1992	366				366	6.155	15.05 a 14.08.84 = 92 dias
1993	365				365	6.520	12.01 a 14.03.87 = 62 dias
1994	365				365	6.885	01.06 a 29.11.87 = 182 dias
1995	365				365	7.250	01.12 a 31.12.87 = 31 dias
1996	366				366	7.616	
1997	365				365	7.981	
1998	365				365	8.346	
1999	365				365	8.711	
2000	366				366	9.077	
2001	365				365	9.442	
2002	365				365	9.807	
2003	365				365	10.172	
2004	366				366	10.538	
2005	365				365	10.903	
2006	365				365	11.268	
2007	243				243	11.511	Até 31.08.2007 = 31 anos, 06 meses e 16 dias
						11.511	
Observação:							


 Jairo S. Xavier
 Diretor de Divisão
 Matrícula IEEA - nº 36/80.057-9

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

ALTERAR DATA DE NASCIMENTO e/ou ALTERAR SEXO e/ou NIT e/ou NOME DO SEGURADO e/ou NOME DA MÃE INFORMADO NO REQUERIMENTO : As informações cadastrais de preenchimento automático pelo sistema COMPREV, caso haja divergência os dados deverão ser retificados junto aos órgãos competentes, pelos segurados ou através de acordos de cooperação.

Nesse sentido, trata a Portaria 1.400/24 em seu Art. 25 que as informações dos dados cadastrais dos requerimentos de compensação previdenciária serão migradas das bases de dados da Receita Federal do Brasil - RFB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, em que o nome, data de nascimento e nome da mãe são migrados da RFB e NIT e sexo são migrados do CNIS, bem como, de forma subsidiária, o nome da mãe será migrado do CNIS, se este dado não estiver disponível na RFB.

Portaria 1400/24

Art. 26. Cabe ao regime instituidor manter cadastro atualizado dos seus beneficiários e dependentes, de acordo com o art. 75 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022 e § 13 do art. 8º da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022. Parágrafo único. Aos segurados e beneficiários e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado. (INCENTIVO PELO RPPS – QUEM CASOU)

Art. 27. Quando houver uma divergência na base cadastral, cabe ao regime instituidor orientar os beneficiários e/ou dependentes para atualizar os seguintes dados cadastrais nos respectivos gestores dessas informações: 1. Número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) - Receita Federal do Brasil; 2. Número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS) - Caixa Econômica Federal; 3. Número de inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) - Banco do Brasil; e 4. Número de inscrição do Trabalhador (NIT Previdência) - INSS.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

ALTERAR A DATA DE HOMOLOGAÇÃO DO TRIBUNAL NO REQUERIMENTO : esclarecem os artigos 20 e 22, inciso II da Portaria 1.400/24 que a data de homologação ora referida trata-se da data de publicação do registro do ato concessório do benefício pelo Tribunal de Contas competente, ou a data do registro se este ocorrer até 15 de maio de 2012, antes da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011..

SITE

Detalhe Processo

Processo: 05963e23 Entidade: DPREV SALVADOR

Segurado: JOSÉ REIS DOS SANTOS

Decisão: Legal

Data do Julgamento: 06/03/2024 **Data da Publicação: 14/03/2024**

Acessar a Deliberação/Acórdão: [Clique aqui](#)

Fechar

IMPRESSO NA HOMOLOGAÇÃO



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

PUBLICADO EM RESUMO NO DOE TCM DE 17/10/2024

**IE ATO DE PESSOAL
TADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

DOCUMENTO CARIMBADO



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.989/95

Publicado em resumo no
D. O. E. de 17/08/95
Usa

A **Portaria 1.400/24 no artigo 56**, alínea C: aplica-se a prescrição quinquenal, no primeiro dia subsequente ao registro do ato concessório de aposentadoria ou a pensão pelo Tribunal de Contas competente, quando o regime instituidor for o RPPS.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

ALTERAR A DATA DE CESSAÇÃO NO REQUERIMENTO : A data de cessação do requerimento corresponde à data em que o benefício deixou de ser pago pelo regime instituidor, seja por óbito, decisão judicial, revisão, entre outros.

ATENÇÃO para as Glosas dos artigos 59 ao 61 da Portaria 1.400/24.

Assim que o regime instituidor tiver conhecimento que houve cessação do pagamento do benefício deve ser inserida a data informando a base que deu conhecimento ao fato ou realizada a glosa manual.

Art. 61. Aplica-se a cobrança em dobro das parcelas pagas indevidamente pelo regime de origem, na competência seguinte ao da sua constatação, prevista no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.796, de 1999:

§1º Caso a cessação seja informada em até quarenta e cinco dias do dia subsequente à data do óbito, não se aplica a glosa em dobro de que trata o caput, mas será devida a glosa referente ao óbito na forma do art. 60.

Art. 59, §3º O regime instituidor deverá informar tempestivamente no sistema Comprev a data de cessação do benefício, observado o disposto no art. 61.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

ALTERAR A MATRÍCULA NO REQUERIMENTO: A matrícula precisa de atenção especial para quando o servidor tiver mais de um vínculo, na forma do artigo 12 da Portaria 1.400/24.

Ademais, tratam da matrícula os artigos 28, II alínea a e 40, §3, §4 e §5. Descrevendo de forma minuciosa a atenção que deve ser voltada aos vínculos e matrículas do servidor junto ao RPPS.

Observa-se que, na prática existem algumas particularidades de cada Ente com relação às matrículas, como exemplo: Em alguns Entes, quando o servidor é cedido a outro órgão muda a matrícula, assim como quando passam a condição de aposentado também tem a matrícula alterada, no entanto, existe apenas um vínculo.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

ANEXAR OUTROS DOCUMENTOS: Conforme tratado inicialmente, não existe a obrigatoriedade quanto a juntada de documentos, o que se justifica apenas em casos excepcionais de dúvida fundada.

Nesse sentido, nos casos que justificadamente requerem do analista atenção quanto ao direito alegado no requerimento, poderão ser solicitados documentos diversos, conforme artigo 20, III da Portaria 1.400/24, sempre atentando ao bom senso.


Dentre os documentos em questão, podemos elencar: fichas financeiras, holerites, fichas funcionais, dados dos sistemas internos, entre outros.

PREFEITURA MUNICIPAL SALVADOR				31	30/06/90		
MATRÍCULA		NOME DO FUNCIONÁRIO				DEP. I.R.	DEP. S.P.
000198-0		MANOEL SOUZA SERRA				05	01
EMP.	EST.	LOTACÃO		FUNÇÃO	SALÁRIO BASE		T.S.
500	004	008	16 16	ARRECADADOR	3.857,76		1
VERBA		DESCRIÇÃO			VALOR		BASE DE CÁLCULO
001		SALARIO			3.857,76		180,00
018		GRAT EXTRA			694,39		3.857,76
055		ADIC TEMPO SERV			964,44		3.857,76
097		SAL ESPOSA/MAE			367,40		1,00
098		SALARIO FAMILIA			54,86		54,86
167		VALE TRANSPORTE			96,44 D		3.857,76
195		IAPAS			441,32 D		5.516,59

Prefeitura Municipal do Salvador					
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
DIVISÃO CENTRAL DE PESSOAL					
Exercício de 19 81			Nome: MANOEL SOUZA SERRA		
			Categoria Funcional: Arrecadador 110		
MÊS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
FÓLHA N.º	22	54	86	118	150
Vencimento	597150	597150	597150	597150	712800
Adicional 20%	119430	119430	119430	119430	142560
Sal. Fam. Esposa	800	800	800	800	800
Sal. Fam. Filho	143880	143880	143880	143880	143880
Risco de Vida					
Dif. de Salário					
Dif. Adic.					
Dif. H. Ext.					
H. Extras.	99996	99996	99996	99996	99996
GRAT. Esp.	21900	21900	21900	21900	21900
Total	983156	983156	983156	983156	1121936
I. N. P. S.	67078	67078	67078	67078	78180
Dif. I.N.P.S.					

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

ANEXAR CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (ANTERIOR FORA DOS PADRÕES DESCRITOS NA PORTARIA Nº 154, DE 15 DE MAIO DE 2008): As certidões emitidas antes de 15 de maio de 2008, data de publicação da Portaria 154, não haviam padronização, assim, a análise requer atenção para às certidões emitidas no sentido de que é preciso demonstrar a intenção de emissão para fins de averbação de tempo de contribuição.



SEMG **CERTIDÃO / MAPA DE TEMPO DE SERVIÇO** FOLHA Nº

FINALIDADE
☒ APOSENTADORIA ☐ AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ☐ ESTABILIDADE ECONÔMICA
☐ LICENÇA PRÊMIO OU ESPECIAL


Nº DO PROCESSO
5386/2017-SEMG

NOME: [REDACTED] CARGO: **AUDITOR FISCAL, CLASSE "A"** NÍVEL / REFERÊNCIA: [REDACTED] FUNÇÃO: [REDACTED] REGISTRO ÚNICO: **34045**

INGRESSO Ato: **Nomeação.** [REDACTED] CPF: **356.290.295-68** Nº DE MATRÍCULA: **124044**

exercício de suas funções em 05/02/1991. Nomeado (a): **AURORA NUNES DA GAMA** [REDACTED] [REDACTED] DF

Cargo / Função Exercido	Código/ Nível	Órgão	SP / EP*	Período de Exercício		Averbação		Nº de Dias (A)	Ocorrências		Total de Dias (A - B)
				Início	Término	Nº do Processo	Data de Publicação		Tipo	Ato	
AUDITOR FISCAL, CLASSE "A"	—	SEFAZ	SP	Data	Ato	Data	Ato	—	—	—	1.797
				05021991	Nomeado através do DOM de 27 a 30/01/1991.	06011996	Exonerada, através do DOM de 14/02/1996.				
				- 02 (dois) ano de Licença sem Vencimento, a partir de 10/01/1994				Portaria nº 078/94 publicado no DOM de 10/02/1994.		730	
											1.067



Cargo / Função Exercido	Código/ Nível	Órgão	SP / EP*	Período de Exercício		Averbação		Nº de Dias (A)	Ocorrências		Total de Dias (A - B)
				Início	Término	Nº do Processo	Data de Publicação		Tipo	Ato	
				Data	Ato	Data	Ato				

DATA FINAL DA APURAÇÃO: **06/01/1996** TOTAL FINAL DA APURAÇÃO: **02 ano (s) 11 mês (es) e 07 dia (s)** TOTAL POR EXTENSO DE DIAS: **Um mil e sessenta e sete dias.** SOMA: **1.067**

OUTRAS OCORRÊNCIAS

A Requerente, ingressou nesta comuna através de concurso público, sendo nomeada pelo Decreto de 29/01/1991, através do Diário Oficial do Município de 27 a 30/01/1991, para exercer o cargo Efetivo de Auditor Fiscal, Classe "A", Código TAF-301-5, sujeito ao regime Jurídico Único Estatutário, com lotação na Secretaria Municipal da Fazenda, assumindo o exercício de suas funções em 05/02/1991. Foram excluídos 730 (setecentos e trinta) dias, ou seja 02 (dois) anos de Licença sem vencimento, desde 10/01/1994. Portaria nº 078/94, publicado no DOM de 10/02/1994.

Exonerada a pedido, desde 06/01/1996, conforme Decreto, publicado no DOM de 14/02/1996.

As contribuições previdenciárias do (a) Requerente, foram recolhidas em favor do Fundo Municipal de Previdência do Servidor - FUMPRES.

Certidão emitida para os efeitos da Lei 6.226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94.

CERTIFICO, a vista dos assentamentos individuais do funcionário/servidor, acima indicado, que o seu tempo de serviço é o que consta da presente Certidão/Mapa.	DATA	EMISSOR	VISTO DO CHEFE IMEDIATO DO EMISSOR	ENCERRADO POR
	19/10/2017	RITA TAVARES MATRÍCULA-819498 SUPERVISOR	Valdir Santos de Oliveira Supervisor CFI/DGP/SEMG Mat. 819338 VALDIR SANTOS DE OLIVEIRA MATRÍCULA- 819338 SUPERVISOR	Thaise Martins Dias COORDENADORA CENTRAL DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

USO EXCLUSIVO DA CPA/SEMG, EM CASO DE CERTIDÃO EMITIDA PARA EX-SERVIDOR

Para que possa produzir seus devidos e legais efeitos.

CARIMBO / ASSINATURA

MARCELO GUEDES
MATRÍCULA-819802
GERENTE/GPA/SEMG

SEMG/GECA - Arq.: CTS.doc - Verso *LEGENDA: SP = Serviço Público; EP = Empresa Privada

ESSE É UM EXEMPLO DE CERTIDÃO QUE NÃO FOI ACEITA NA ANÁLISE, POIS FOI EMITIDA EM 2017 E NA REFERIDA DATA TODAS AS CTCs JÁ ERAM EMITIDAS PELA UNIDADE GESTORA PREVIS E NO FORMATO DA PORTARIA 154/08, DESDE 2008. ESTEJAM ATENTOS A ESSAS DATAS CORTE NO SEU RPPS.

REQUERIMENTOS DE APOSENTADORIA

Alterar regra de cálculo: ARTIGO 2º, PORTARIA 1467/22 - MÉDIA OU INTEGRALIDADE

Regra de Cálculo *

Selecione

Integralidade

Média

XIX - cálculo por média: regra de definição dos proventos, que considera a média aritmética simples das bases de cálculo das contribuições aos regimes de previdência a que esteve filiado o segurado ou das bases para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizadas monetariamente, correspondentes a todo o período contributivo, ou a parte deste, conforme regra vigente na data do implemento dos requisitos de aposentadoria;

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 2

ISSN 1677-7050

Nº 114, segunda-feira, 21 de junho de 2021

PORTARIA DE PESSOAL

O COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIOS, DO DEPARTAMENTO DE CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INATIVOS, PENSIONISTAS E ÓRGÃOS EXTINTOS, DA SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência atribuída pela Portaria DECIP/SGP/MPDG nº 13.530, de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2018, e considerando o disposto no Processo Sei nº 10507.000032/2019-86, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais a servidora

da Receita Federal do Brasil, Nível Superior, Classe "S", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Ministério da Economia, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, combinado com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

XVIII - cálculo por integralidade: regra de definição do valor inicial de proventos de aposentadoria e das pensões por morte, que corresponderão à remuneração do segurado no cargo efetivo, ao subsídio, ou ao provento, conforme previsto na regra vigente para concessão desses benefícios quando da implementação dos requisitos pelo segurado ou beneficiário;

GOVERNO BAHIA ESTADUAL	Secretaria TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS			CERTIDÃO E MAPA DE TEMPO DE SERVIÇO		
	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL Secção de Pessoal					
CARGOS ANTERIORES (em ordem cronologica)	Nível	ÓRGÃO	Serviço Público	EXERCÍCIO		TOTAL DE DIAS
				DE	A	
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO CL"A"	01	T.C.M	ESTADUAL	010497	020398	336
TOTAL GERAL.....						336
CONTA O SEU TEMPO DE SERVIÇO NO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS COM 336(trezentos e trinta e seis) DIAS,EQUIVALENTE A 11(onze) MESES E 6(seis) DIAS,ATÉ 02/03.98.						

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ALTERAR DATA DE INÍCIO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO: A data de início do benefício de pensão refere-se ao dia em que o benefício começou a ser pago, ou seja, quando passou a vigorar a decisão que o concedeu. Em geral, por ser benefício decorrente do óbito do instituidor da pensão, a data refere-se a data do óbito.

Nesse contexto, importante estar atento ao ato publicado no qual irá referenciar a data tanto de publicação, se ela for ou **QUANDO RETROAGIR**, fará referência ao retroativo.

PORTARIA Nº 153/2000

A GERENTE DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SALVADOR – IPS, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria de Delegação de Competência nº 595/97, tendo em vista o que consta do[s] processo[s] nº 02872/1999, e com Fundamento no[s] artigo[s] 38 da Lei Complementar 05/92, modificado pelo artigo 1º da Lei Complementar 024/98, **RESOLVE:** I - CONCEDER E FIXAR a Pensão por Morte sobre Nº 010792-1, instituída pelo[a] ex-segurado[a] Sr[a] HELIO FERNANDES FARIAS, matrícula Nº 0096161-2, Motorista de Veículos Leves, Classe II, Grau 05, Referência G, da lotação do[a] Aposentado-IPS, integrada por 01 [hum] dependente[s] em R\$ 258,77 [duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos], equivalente a 100% do salário de cálculo verificado no mês de setembro/1999. II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/09/1999, data do óbito.

GABINETE DA GERENTE, 05 de abril de 2000.

MARIA CRISTINA ALVES DE FREITAS DA CUNHA
GERENTE



REQUERIMENTOS DE PENSÃO

INCLUIR DEPENDENTE: todos os dependentes constantes do ato concessório publicado, sejam incluídos como dependentes no COMPREV, com todas as informações detalhadas.

EXCLUIR DEPENDENTE: Casos em que o dependente foi incluído de forma errada ou não era dependente, realizar-se-á a exclusão.

INCLUIR/ALTERAR CPF DO DEPENDENTE

O Novo COMPREV exige para cadastro do dependente a inserção do CPF, a partir do qual serão extraídas as informações da base de dados. Ocorre que, alguns casos migrados do JABOL tem CPF de ex-servidor vinculado a nome de dependente ou situações semelhantes de erro. Nesses casos, gera-se a exigência de incluir ou alterar o CPF.

A interface 'INCLUSÃO DE DEPENDENTE' apresenta os seguintes campos e elementos:

- CPF * (campo de texto com máscara)
- PESQUISAR (botão)
- Nome *
- Nome da Mãe *
- Data de Nascimento * (campo de texto com máscara)
- Sexo * (dropdown com opção 'Selecione o sexo')
- Estado Civil * (dropdown com opção 'Selecione o estado civil')
- Mês * (campo de texto)
- Anos * (campo de texto)
- CANCELAR (botão)
- ADICIONAR (botão)

NÃO EXISTE A CESSAÇÃO POR DEPENDENTE. A CESSAÇÃO OCORRE DE TODO O BENEFÍCIO.

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ALTERAR ESTADO CIVIL DO DEPENDENTE: Nesse item vale ressaltar que, o estado civil é a situação de uma pessoa em relação ao matrimônio ou à sociedade conjugal.

Entretanto, de forma exemplificativa, é comum acontecer que o dependente tenha sido casado, anteriormente, com averbação de divórcio em certidão juntada a processo, no entanto, viva em união estável com o segurado instituidor do benefício de pensão. Assim, no momento do óbito o dependente manterá o estado civil de divorciado, porém com o vínculo de companheiro.

INCLUSÃO DE DEPENDENTE

Nome da Mãe *

Nome do pai *

Nome da Mãe *

data de Nascimento *

Sexo *

Estado Civil *

/ /

Selezione o sexo

Selezione o estado civil

Selezione o estado civil

Solteiro

Casado

Viúvo

Separado judicialmente

Divorciado

Vínculo *

Motivo de Inclusão

Selezione o vínculo

Selezione o motivo de inclusão

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ALTERAR VINCULO DO DEPENDENTE: Dependente é alguém que, por lei, tem direito a receber pensão por morte do segurado de um regime de previdência. As condicionantes para alcançar o beneficiário devem constar de disposição legal atinente a cada ente federativo.

Trata-se do vínculo com o SEGURADO

Não cabe ao analista tratar de direito ao benefício. Apenas deve analisar quanto a compensação.

Selecione o vínculo

Cônjuge

Filho

Pai/mãe

Irmão

Designado

Companheiro

Ex-cônjuge/companheiro(a)

Filho adotivo ou menor sob guarda

Dependente judicial

Enteado

Companheiro(a) separado de fato

Selecione o vínculo

Sexo *

Selecione o sexo

Estado Civil *

Selecione o estado civil

Capacidade *

Selecione a capacidade

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ALTERAR CAPACIDADE DO DEPENDENTE: Na exigência em comento, o analista deve estar atento a capacidade civil do dependente, associada a algum tipo de invalidez.

TEM CURATELA?
BENEFICIO CONCEDIDO POR
INVALIDEZ?

INCLUSÃO DE DEPENDENTE

Nome da Mãe *

Data de Nascimento *

/ /

Sexo *

Selecione o sexo

Estado Civil *

Selecione o estado civil

Vínculo *

Selecione o vínculo

Capacidade *

Selecione a capacidade

Selecione a capacidade

Válido/capaz

Inválido/incapaz

Inválido/capaz

Válido/incapaz

Motivo de Inclusão

Selecione o motivo de inclusão

CANCELAR

ADICIONAR

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ALTERAR MATRICULA NO REQUERIMENTO: No caso dos requerimentos de pensão, a matrícula irá aparecer automaticamente a partir da escolha do destinatário.

Nos casos de dois vínculos aparecem as opções para escolha dentre às matrículas cadastradas.

REQUERIMENTO

Dados do Requerimento de Aposentadoria

CPF *

101.444.805-06

✓

Nome

CRISPIM FERREIRA DOS SANTOS

Destinatário *

RGPS

✓

Matrícula Regime Instituidor *

Selecione a matrícula

Selecione a matrícula

16314

Segregação de massa do solicitante

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ANEXAR OUTROS DOCUMENTOS OU ANEXAR CERTIDÃO (NASCIMENTO OU CASAMENTO) DEPENDENTE OU ANEXAR DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO DE CONCESSÃO DE PENSÃO OU ANEXAR CERTIDÃO DE ÓBITO.

Conforme tratado inicialmente, não existe a obrigatoriedade quanto a juntada de documentos, o que se justifica apenas em casos excepcionais de dúvida fundada.

O processo de pensão por morte deve cumprir os requisitos legais para concessão e essa análise é realizada pelo RPPS Instituidor e pelo Tribunal de Contas responsável, assim, a solicitação de documentos deve se restringir a dúvida justificada.

Em caso de dúvida quanto a data de óbito ou demais informações elencadas na certidão de óbito, faz-se requerimento do documento, sempre com base no bom senso e na atenção aos documentos e dados disponibilizados nos sistemas internos do regime.

REQUERIMENTOS DE PENSÃO

ALTERAR DATA DE INÍCIO DO PAGAMENTO

No caso dos benefícios de pensão, é comum que a data de início do pagamento seja divergente da data de início do benefício. Em geral, a data de início do pagamento retroage a data do óbito do servidor.

Assim, o analista deverá estar atento às especificações do ato de concessão que fará referência a data de vigor do benefício e a data do efetivo pagamento.

PORTARIA Nº 10/2023

O DIRETOR GERAL DA DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº 2022.07.14189P, com fundamento no art. 8º da Lei Complementar nº 75/2020 c/c art. 7º, I da Lei Complementar nº 05/1992, em sua redação vigente na data do óbito, RESOLVE: I - **Conceder** a Pensão por Morte nº 6458, instituída pela ex-segurada **CÉLIA FRANCISCA MONTEIRO SANTOS**, Professor Municipal I Suplementar (40h), matrícula nº 3077488, integrada por 01 (um) dependente, **Fernando Antonio de Souza Santos**, com proventos fixados em R\$ 4.335,19 (quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos), equivalentes a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pela ex-segurada, acrescida de cota de 15 (quinze) pontos percentuais por dependente, totalizando 65% (sessenta e cinco por cento). II - As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, acarretando o recálculo do valor do benefício independente de republicação deste ato, conforme art. 23, §1º da EC nº 103/2019. III - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 06/08/2022, data do óbito.

GABINETE DA DIRETORIA, 04 de janeiro de 2023.

DANIEL RIBEIRO SILVA
Diretor

TIPOS DE EXIGENCIAS DISPONÍVEIS NO COMPREV

Alterar data de início de benefício de pensão - Pensão

Alterar renda mensal inicial de pensão - Pensão

Incluir dependente - Pensão

Excluir dependente - Dependente

Incluir/Alterar CPF do dependente - Dependente

Alterar nome da mãe do dependente - Dependente

Alterar sexo do dependente - Dependente

Alterar estado civil do dependente - Dependente

Alterar vínculo do dependente - Dependente

Alterar tipo de aposentadoria - Aposentadoria

Alterar data de início de benefício de aposentadoria - Aposentadoria

Alterar tempo de contribuição total em dias - Aposentadoria

Alterar tempo de contribuição do regime origem em dias - Aposentadoria

Alterar renda mensal inicial de aposentadoria - Aposentadoria

Alterar a data de cessação no requerimento - Pensão

Alterar a matrícula no requerimento - Aposentadoria

Alterar a matrícula no requerimento - Pensão

Anexar outros documentos - Aposentadoria

Anexar outros documentos - Pensão

Anexar Certidão de Tempo de Contribuição (Anterior fora dos padrões descritos na Portaria nº 154, de 15 de maio de 2008) - Aposentadoria

Alterar regra de cálculo - Aposentadoria

Anexar o Ato ou portaria de concessão (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Anexar Certidão (Nascimento ou Casamento) - (Anterior ilegível ou incompleto) - Dependente

Anexar Documento de comprovação de concessão de pensão (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Anexar Certidão de Óbito - (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Alterar data de início de pagamento - Aposentadoria

Alterar data de início de pagamento - Pensão

Anexar prova inequívoca do vínculo e/ou da contribuição ao RGPS (ficha financeira, folha de pagamento) - Aposentadoria

Alterar destinatário - Aposentadoria

Anexar a Homologação do Tribunal de Contas de Pensão (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Alterar capacidade do dependente - Dependente

Anexar o Ato ou portaria de concessão (Anterior ilegível ou incompleto) - Aposentadoria

Anexar o Mapa de contagem de tempo (Anterior ilegível ou incompleto) - Aposentadoria

Anexar o Resumo de tempo de contribuição (Anterior ilegível ou incompleto) - Aposentadoria

Anexar o Documento de Comprovação de Concessão de Benefício (Anterior ilegível ou incompleto) - Aposentadoria

Alterar data de nascimento informada no requerimento - Aposentadoria

Alterar NIT informado no requerimento - Aposentadoria

Alterar sexo informado no requerimento - Aposentadoria

Alterar a data de ingresso no requerimento -

Alterar a data de crédito do pagamento no requerimento - Aposentadoria

Alterar a data de crédito do pagamento no requerimento - Pensão

Alterar a data de homologação do tribunal no requerimento - Aposentadoria

Alterar a data de homologação do tribunal no requerimento - Pensão

Alterar a data de desvinculação no requerimento -

Anexar outros documentos - Aposentadoria

Anexar outros documentos - Pensão

Anexar Certidão de Tempo de Contribuição (Anterior fora dos padrões descritos na Portaria nº 154, de 15 de maio de 2008) - Aposentadoria

Alterar regra de cálculo - Aposentadoria

Anexar o Ato ou portaria de concessão (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Anexar Certidão (Nascimento ou Casamento) - (Anterior ilegível ou incompleto) - Dependente

Anexar Documento de comprovação de concessão de pensão (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Anexar Certidão de Óbito - (Anterior ilegível ou incompleto) - Pensão

Alterar data de início de pagamento - Aposentadoria

Alterar data de início de pagamento - Pensão

AGRADEÇEMOS A ATENÇÃO DE TODOS E NOS COLOCAMOS A
DISPOSIÇÃO.

CAROLINE RODRIGUES, HELLEN CRUZ E LEONARDO MOTTA

FILTRO DE PESQUISA

CPF

249.626.005-91

Tipo de Requerimento

Todos

Aposentadoria

Pensão

Tipo de Participação

Solicitante

Destinatário

Estado do requerimento

PESQUISAR

REQUERIMENTOS							
CPF	Nome	Matrícula	Solicitante	Destinatário	Tipo	Estado	Ações
24962600591	JOAQUIM CONCEICA O	4014	SALVADOR	RGPS	Aposentadoria	Em Compensação	
24962600591	JOAQUIM CONCEICA O	4014	SALVADOR	RGPS	Pensão	Em Compensação	
1							

Processos em compensação, com data de cessação lançada e com pensão em compensação.

8721629587	06/10/1994	6187	7474	135,73	RGPS	SIRC	18/07/2017	13/06/1928	MASCULINO	2017-07-07T13:26:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 1.027,95	R\$ 304.015,29	R\$ 1.117,97	R\$ 330.640,98	Glosado	14/05/2025
03068510597	03/08/1992	11540	15608	738003,83	RGPS	SIRC	08/06/2022	25/02/1931	MASCULINO	2022-06-07T21:50:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Glosado	14/05/2025
10573267553	20/11/2006	1863	9581	426,87	RGPS	SIRC	02/10/2023	20/03/1940	MASCULINO	2023-10-02T00:43:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 233,47	R\$ 51.090,29	R\$ 233,47	R\$ 51.090,29	Glosado	14/05/2025
31364250578	01/02/2022	4347	11719	7842,56	RGPS	SIRC	10/02/2025	07/01/1964	FEMININO	2025-02-10T09:13:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 664,90	R\$ 25.931,24	R\$ 3.375,22	R\$ 131.633,60	Glosado	05/06/2025
08281335572	01/09/1995	8958	11372	155,35	RGPS	SIRC	26/01/2016	07/12/1941	MASCULINO	2016-01-21T09:50:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 987,42	R\$ 261.007,81	R\$ 987,42	R\$ 261.007,81	COM DATA DE CESSAÇÃO	
14881438549	02/05/1994	8712	12875	88,54	RGPS	SIRC	26/10/2016	15/08/1926	MASCULINO	2016-10-26T05:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Glosado	05/06/2025
12339903491	16/03/2012	3685	16702	1617,90	RGPS	SIRC	15/04/2020	24/09/1941	MASCULINO	2020-04-15T03:16:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 372,66	R\$ 38.756,20	R\$ 747,75	R\$ 77.766,18	Glosado	05/06/2025
17561353553	01/04/2017	1669	15410	3697,22	RGPS	SIRC	07/03/2025	16/03/1956	MASCULINO	2025-03-07T02:00:00	[Sem título] PENSAÇÃO	R\$ 192,59	R\$ 19.821,04	R\$ 593,44	R\$ 61.074,55	Compensado	
81811390544	01/10/1990	4809	11907	9840,78	RGPS	SIRC	17/01/2025	06/05/1924	FEMININO	2025-01-16T11:07:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Compensado	
05596130591	28/12/1993	2557	14153	64301,84	RGPS	SISOBI	07/05/2015	00/01/1900	MASCULINO	2015-04-29T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Glosado	05/06/2025
9178163587	01/08/1995	4077	11358	156,20	RGPS	SISOBI	02/05/2007	02/09/1943	MASCULINO	2007-05-01T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 457,03	R\$ 69.811,08	R\$ 457,03	R\$ 69.811,08	COM DATA DE CESSAÇÃO	
11323973591	22/04/1998	2844	11880	208,05	RGPS	SISOBI	31/07/1998	10/09/1939	IGNORADO	1998-07-14T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 320,30	R\$ 693,99	R\$ 320,30	R\$ 693,99	COM DATA DE CESSAÇÃO	
33978263572	15/06/2001	497	5603	219,57	RGPS	SISOBI	13/12/2010	11/01/1964	FEMININO	2010-12-11T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 90,42	R\$ 11.069,23	R\$ 90,42	R\$ 11.069,23	Glosado	05/06/2025
00009822534	12/08/1992	933	15608	2017773,62	BAHIA	SISOBI	08/04/2002	23/08/1935	MASCULINO	2002-01-24T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	COM DATA DE CESSAÇÃO	
08533237553	15/12/1995	3647	12758	529,82	RGPS	SISOBI	31/07/1998	16/03/1937	IGNORADO	1998-07-06T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 394,36	R\$ 12.816,56	R\$ 1.173,54	R\$ 38.140,14	COM DATA DE CESSAÇÃO	
08812284515	18/09/2001	7737	12479	301,01	RGPS	SISOBI	21/01/2003	27/03/1927	MASCULINO	2003-01-20T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 832,87	R\$ 14.436,37	R\$ 832,87	R\$ 14.436,37	Glosado	05/06/2025
06589162549	02/06/1992	7743	12860	465069,84	RGPS	SISOBI	27/10/2003	18/03/1933	FEMININO	2003-10-26T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	COM DATA DE CESSAÇÃO	
08106622568	02/04/1993	11423	13165	2529912,00	RGPS	SISOBI	06/10/2014	16/06/1937	MASCULINO	2014-10-05T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	COM DATA DE CESSAÇÃO	
01966294549	09/05/1994	390	11234	325,87	RGPS	SISOBI	25/03/2013	06/01/1941	MASCULINO	2013-03-25T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	COM DATA DE CESSAÇÃO	
24962600591	01/12/1994	4092	11024	116,47	RGPS	SISOBI	21/10/2014	19/01/1943	MASCULINO	2014-10-20T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 408,94	R\$ 105.438,83	R\$ 408,94	R\$ 105.438,83	COM DATA DE CESSAÇÃO	
21562580582	04/03/1993	806	13009	1888557,00	RGPS	SISOBI	25/03/2013	01/11/1937	MASCULINO	2013-03-14T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	COM DATA DE CESSAÇÃO	
05658853591	02/08/1994	10113	11285	117,46	RGPS	SISOBI	27/09/2006	02/12/1927	MASCULINO	2006-09-27T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 1.121,23	R\$ 176.126,25	R\$ 1.121,23	R\$ 176.126,25	COM DATA DE CESSAÇÃO	
10144480506	01/09/1992	1000	9634	343070,72	RGPS	SISOBI	31/07/1997	25/03/1926	IGNORADO	1997-07-14T00:00:00	EM COMPENSAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	COM DATA DE CESSAÇÃO	